

025/94/006/2001

Il.mo. Sr. Presidente da Câmara de Atividades Industriais do Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais – COPAM/MG.

Il.mo. Sr. Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Minas Gerais



Auto de Infração n.º 073/2001

Processo COPAM n.º 025/1994/006/2001

CURTUME TIGRÃO LTDA, empresa regularmente inscrita sob o CNPJ n.º 38.651.972/0001-19 e localizada na Rua Izoldina Cândida de Jesus, n.º 400 no Município de São Sebastião do Paraíso/MG, vem, nos termos dos artigos 31 e segs. do decreto estadual n.º 39.424/98, apresentar **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** às penalidade aplicada pela Câmara de Atividades Industriais do COPAM, referente ao processo administrativo acima enumerado, sob os fundamentos de fato e de direito adiante expostos.

I - DA AUTUAÇÃO

A requerente, face ao auto de infração n.º 073/2001 (doc.1), foi autuada pelo agente credenciado do órgão seccional de apoio ao COPAM, com fundamento no artigo 19, § 3º, item 2 do Decreto n.º 39.424/98, que foi parcialmente modificado pelo Decreto n.º 43.127/02, por "*descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento*".

II - DO PRAZO PARA RECONSIDERAÇÃO

Considerando o disposto no artigo 25, do Decreto n.º 39.424/98, a autuada dispõe do prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua DEFESA contados do recebimento do Auto de Infração.

Registre-se que a empresa recebeu em 09/08/2003 a notificação do órgão ambiental, portanto, iniciando a fluência do prazo em 10/08/2003 com término previsto para o dia 29/08/2003.

Portanto, tempestiva a apresentação do presente Pedido de Reconsideração.

III - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR VÍCIO DE FORMA EM SUA LAVRATURA

NÚCLEO DE A

27
45

O art. 24 do Decreto Estadual n. 39.424/98 traz todos os requisitos necessários para que seja formalizado um auto de infração, senão vejamos:

“CAPÍTULO VII

Da Formalização das Sanções

Art. 24 - Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto em 3(três) vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação do processo administrativo, devendo aquele instrumento conter:

I - nome do autuado, com o respectivo endereço;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data da sua constatação;

III - a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;

IV - o prazo para apresentação da defesa;

V - a assinatura do autuante.

Parágrafo único - O autuado tomará ciência do auto de infração pessoalmente, por seu representante legal ou preposto, ou por carta registrada, com Aviso de Recebimento (AR).”

Note-se que o Decreto 39.424/98 faz distinção entre o fato constitutivo da infração (inciso II do art. 24) e a disposição legal em que se fundamenta a autuação (inciso III do mesmo art. 24), tanto é que os trata em incisos diferentes.

Isto porque na linguagem jurídica o fato propriamente dito é totalmente distinto da previsão normativa. O fato corresponde à conduta e a previsão normativa, ao direito a ser aplicado. Um não pode substituir o outro, e ambos devem estar presentes na autuação, sob pena de nulidade do Auto de Infração, por grave vício de forma.

No caso, o auto de infração n.º 073/2001 possui um erro grave em sua formalização, que por si só acarretaria em sua anulação. Observe que no momento de sua lavratura, o técnico responsável identificou corretamente *a disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação* (art. 24, III) que é o art. 19, parágrafo 3º, item 2, qual seja “descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento”.

Entretanto, ao discriminar *o fato constitutivo da infração* (art. 24, II), há a ocorrência de um defeito grave, uma vez que não há a discriminação dos fatos constitutivos da suposta irregularidade. Note que o fiscal apenas reproduziu o dispositivo da lei.

Prejuízo para a empresa autuada porque, sem a descrição exata do fato com sua respectiva disposição legal, resta impossível saber qual teria sido a infração supostamente cometida. Neste caso particular, não há a identificação de qual condicionante teria sido supostamente descumprida.



E, sem esta formalização, não teria como a empresa apresentar Defesa Prévia senão genérica, em evidente mitigação aos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório trazidos pelo art. 5º da Constituição Federal.

“Art. 5º, LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

A Carta Magna traz ainda, no inciso LIV do referido artigo, que:

“LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”

Combinado com o direito de contraditório e plenitude de defesa, temos as garantias processuais. Garante-se o processo, ou seja, formas instrumentais adequadas, a fim de que a prestação jurídica, quando entregue pelo Estado, dê a cada um o que é seu, e isso envolve garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos procedimentais.

No caso presente, ocorre que, em função de um vício no procedimento de lavratura do Auto de Infração, o requerente tem lesado suas garantias processuais, uma vez que não há como oferecer senão Defesa Genérica – diante da impossibilidade de se identificar qual seria a suposta infração.

Desconsiderar esse grave vício no procedimento de formalização, seria o mesmo que afrontar diretamente o Princípio da Legalidade, que é um dos pilares da Administração Pública.

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles:

“A eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei, para o particular, significa ‘pode fazer assim’; PARA O ADMINISTRADOR SIGNIFICA ‘DEVE FAZER ASSIM’”.

O ilustríssimo autor fundamenta juridicamente essa afirmação, citando o *caput* do art. 37 da Constituição Federal, que vincula a atividade administrativa ao correto atendimento da lei.

“Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (...)”.

É fato, pois, que não há o correto atendimento da lei, uma vez que o fiscal deixou de observar todos os requisitos necessários para a formalização do Auto de Infração.

Em reunião extraordinária da Câmara de Atividades Industriais realizada em 18/12/2002, 16 (dezesseis) processos foram considerados nulos justamente pelo fato das referidas autuações não preencherem um dos requisitos necessários para a validade do ato administrativo, ou seja, a forma e a motivação, prevista no art. 24 do Decreto 39.424/98.

A Câmara reconheceu as nulidades dos autos de infração e por conseguinte arquivou todos aqueles processos que continham tal defeito de forma, e, neste caso, o mesmo deve ser reconhecido. Em vista disso e tendo em mente o Princípio da Impessoalidade contido no art. 37 da Constituição Federal, o processo em questão deverá também ser anulado.

Desta forma, por vício formal em sua lavratura, deve ser descaracterizado o Auto de Infração n.º 073/2001, com o consequente arquivamento do processo administrativo, sendo desde já o que se requer.

IV – DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR VÍCIO NO MOMENTO DE SUA LAVRATURA

O Decreto Estadual n.º 39.424/98 dispõe, em seu art. 16, o seguinte:

“Art. 16 – Aos agentes dos órgãos seccionais de apoio compete:

I – efetuar vistoria em geral, levantamentos e avaliações;

II – verificar a ocorrência de infração;

III – LAVRAR DE IMEDIATO O AUTO DE FISCALIZAÇÃO E O DE INFRAÇÃO, SE FOR O CASO, FORNECENDO CÓPIA AO AUTUADO, CONTRA RECIBO”.

Observe que um dos comandos do legislador é que o fiscal, no momento da vistoria e caso haja a constatação de qualquer infração, lavre de imediato o auto de infração respectivo. Entende-se, pois, que o não atendimento a esta orientação configura-se uma ilegalidade, haja vista ser claro o dispositivo que determina o momento da lavratura do auto de infração.

Na vistoria realizada em 13/02/2001, o fiscal informa, em seu relatório, que comunicou à empresa que uma de suas condicionantes havia sido descumprida, entretanto, embora supostamente constatada a irregularidade, ele não atende à orientação da lei.

Observe que o Auto de Infração data de 16/03/2001, ou seja, mais de um mês após a constatação da suposta infração, o que corresponde a um grave vício, uma vez que a atividade administrativa não orientou-se conforme os ditames da lei.

Reproduzindo as ilustres palavras do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello:

“O princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão somente obedecê-las, cumpri-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito Brasileiro”.

Vê-se, portanto, que a inobservância a um comando da lei configura uma afronta a um dos princípios basilares de nosso Direito.

30
4

Desta forma, por vício formal em sua lavratura, deve ser descaracterizado o Auto de Infração n.º 073/2001, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo, sendo desde já o que se requer.

V – DOS FATOS

Ultrapassadas as preliminares, que por si só deverão ocasionar a anulação do Auto de Infração em questão, algumas considerações devem ser feitas em relação aos fatos que levaram à irregular autuação.

A empresa Curtume Tigrão Ltda, localizada no município de São Sebastião do Paraíso/MG, tem como objeto social o curtimento de peles e couros.

Sua Licença de Operação tinha, como uma condicionante, a implantação e entrada em operação do sistema de tratamento de efluentes líquidos, com prazo até 30/06/2000.

Ocorre que, em decorrência de fatos alheios à vontade do empreendedor, este prazo não teria como ser devidamente atendido. Em função desta impossibilidade e ciente de seus deveres ambientais, a empresa protocolou pedido de prorrogação deste prazo (doc. 2), antes que se expirasse.

Embora as instalações da ETE estivessem em fase de finalização – e, ressalte-se, hoje encontram-se em perfeitas condições de funcionamento – era necessário algum tempo ainda para que se adequassem às exigências da FEAM. Portanto, a empresa achou por bem requerer ao órgão a extensão do prazo concedido.

Entretanto, a FEAM não respondeu ao pedido do empreendedor, nem ao menos comunicou-lhe que tal pedido não seria atendido. Prejuízo para a empresa, pois, sem qualquer resposta do órgão responsável, presumiu que seu pedido tinha sido atendido.

Não houve, pois, descumprimento de condicionante da Licença de Operação, uma vez que a FEAM não concedeu ou deixou de conceder a prorrogação do prazo para sua implementação.

Há de se ressaltar que a data de protocolo da correspondência é anterior não só à lavratura do referido Auto de Infração, como também ao vencimento do prazo. Ainda, verifique que a empresa, em nenhum momento, deixou de comunicar ao órgão ambiental suas ações e iniciativas. Tanto que, mesmo após pedir a prorrogação de prazo em junho/2000, comunicou através de correspondência protocolada em 24/01/2001, em que situação se encontrava.

Nesta mesma data, a empresa informou à FEAM que estava iniciando sua participação no Programa de Produção Mais Limpa, implementado pelas entidades FIEMG, SEBRAE e SINDIPELES, com vistas à identificação de oportunidades de melhoria na qualidade ambiental da produção, com redução de custos e principalmente de impactos ambientais negativos.

Assim sendo, a empresa ora autuada requer a descaracterização do Auto de Infração n.º 072/2001, em função da irregularidade na autuação, sendo o que desde já se requer.



VI- DA INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL

Os Tribunais brasileiros têm tido uma compreensão extremamente restritiva do conceito de dano ambiental e, por consequência, do bem jurídico meio ambiente. Em geral, adota-se uma postura que exige o dano real e não apenas o dano potencial.

A este respeito, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na Ap. 1.171, julgada pela Câmara Cível, sentenciou que:

“A pura infração de normas de zoneamento urbano não importa necessariamente a configuração de dano, atual ou potencial ao meio ambiente. A condenação da empresa a abster-se da atividade industrial não pode repousar na simples existência de riscos”.

Fica-se demonstrado, a partir das afirmações do ilustríssimo Professor Paulo de Bessa Antunes, que a concepção predominante em nossos Tribunais é a de que os danos ambientais devem ser atuais e concretos. E continua o professor:

“Ou seja, a atuação judicial é fundamentalmente posterior ao dano causado. A simples burla de formas legais, com o que é o caso de normas de zoneamento, não é suficiente para que caracterize-se o dano ao meio ambiente!”. (Antunes, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: 2002. p. 202)

Essas linhas são necessárias – e suficientes – para comprovação de que a infração tipificada como “descumprir determinação formulada por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração ou equivalentes, aprovadas quando do licenciamento”, prevista no art. 19, parágrafo 3º, item 2, do Decreto 39.424/98 – e, ainda, considerando as decisões de nossos Tribunais e nossa doutrina mais conceituada – não ocasionou danos efetivos ao meio ambiente.

Dessa forma, nos termos do Decreto Estadual 43.127, de 27 de dezembro de 2002, e da inexistência de dano ambiental, a infração supostamente cometida deverá ser convertida em infração de natureza grave, de acordo com o art. 19, §2º, item 1, do referido Decreto.

Feita a reclassificação, deverá a suposta infração ser convertida em penalidade de advertência, nos termos da Deliberação Normativa nº 61, de 12 de dezembro de 2002. Esta norma permite que os órgãos ambientais apliquem penalidade de advertência às infrações de natureza leve ou grave cometida no âmbito das respectivas competências.

Observe que, *a priori*, deverá a suposta infração ser anulada em função de vício grave na lavratura do Auto de Infração. Ultrapassada esta preliminar, deverá a suposta infração ser classificada como infração de natureza grave, nos termos do Decreto Estadual nº 43.127/02. Esta, por sua vez, deverá ser convertida em penalidade de advertência, nos termos da Deliberação Normativa COPAM nº 61/02.

Ultrapassada esta fase, o que se faz apenas por argumentar, caso lhe seja aplicada a multa pela suposta infração, esta deverá ser reduzida ao seu valor mínimo, observada a atenuante abaixo descrita.

VII – DAS ATENUANTES

Ultrapassadas as questões preliminares, o art. 21, §1º, inciso I, alínea c) do Decreto Estadual 43.127/2002 prevê que:

“§1º - O valor das multas será graduado de acordo com as respectivas circunstâncias:

I – atenuantes:

b) *comunicação imediata do dano ou perigo de dano à autoridade ambiental*”.

Em correspondência enviada à Fundação Estadual do Meio Ambiente, datada de 23/06/2001 (doc. 2) – logo, antes do Auto de Infração -, a empresa ora autuada informou à FEAM sobre todas as medidas que estavam sendo realizadas, especialmente em relação à construção se sua Estação de Tratamento de Efluentes.

Espontaneamente, comunicou do andamento das obras, dando ciência à FEAM de qualquer suposto perigo ou dano. Configura-se, pois, o devido atendimento à atenuante supra mencionada, uma vez que antes mesmo da autuação, o empreendedor procurou o órgão para informar-lhe da situação da empresa.

Posto isto e, ultrapassadas as preliminares, a empresa requer que, caso lhe seja aplicada a penalidade de multa, esta seja reduzida em seu patamar mínimo, haja vista a constatação de atenuante prevista em lei.

VII – DO PEDIDO

Assim, Curtume Tigrão Ltda pede o encaminhamento deste Pedido de Reconsideração à Câmara Especializada do Conselho Estadual de Política Ambiental e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente para julgamento e, nestes termos, requer:

A desconsideração da infração lavrada indevidamente contra a empresa requerente, em razão dos motivos apontados acima, com a **descaracterização** do Auto de Infração n.º 073/2001, e conseqüente arquivamento do processo administrativo n.º 025/1994/006/2001.

Ultrapassada esta questão preliminar, o que se faz apenas por argumentar, sejam considerados os pedidos seguintes:

Pela Câmara de Atividades Industriais do COPAM

A) Requer, nos termos do Decreto Estadual n.º 43.127/02, que a infração gravíssima ora aplicada seja convertida em infração grave e, posteriormente, encaminhada ao DD Presidente da FEAM para julgamento;

B) Ultrapassada esta fase, *ad argumentandum tantum*, requer que se considere a circunstância atenuante supra citada, com a conseqüente aplicação da penalidade em seu patamar mínimo.

Ao DD Presidente da FEAM:

A) Convertida a infração de natureza gravíssima em infração de natureza grave pela Câmara do COPAM, que esta seja convertida em penalidade de advertência, nos termos da Deliberação Normativa nº61/02 do COPAM;

B) No caso da não conversão em penalidade de advertência, o que se admite apenas por argumentar, requer que no julgamento das infrações pelo DD Presidente da FEAM considere-se a circunstância atenuante supra citada, com a conseqüente aplicação da penalidade em seu patamar mínimo.

Requer, ainda, a assinatura de Termo de Compromisso, visando à adequação da atividade às exigências da legislação ambiental, nos termos do artigo 21, §§ 2º e 3º do Decreto nº 39.424/98.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2003.


CURTUME TIGRÃO LTDA